

Moratória unilateral isolaria o País do resto do mundo, afirma Simonsen

Júlio Fernandes



Simonsen disse que saiu do Governo porque não tinha interesse em continuar nele

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, disse ontem, ao depor na CPI da dívida externa da Câmara dos Deputados que a decretação unilateral da moratória acabaria por transformar o Brasil num país isolado do resto do mundo — sendo, por isso, uma saída altamente prejudicial à nação. Ele sugeriu que as nações em desenvolvimento defendam suas propostas em foros internacionais, buscando a adesão dos devedores “e até dos credores inteligentes”. A seu ver, a saúde do devedor interessa ao credor e, por isso, a recuperação dos países pobres é o desejo do mundo industrializado.

Em depoimento que durou mais de quatro horas, Simonsen afirmou que o estopim da crise em nações como o Brasil foi a mudança da política econômica norte-americana no final de 1980, através da combinação de novos padrões de austeridade monetária com um déficit público jamais visto. “Com esta combinação — disse ele — os juros internacionais dispararam, o dólar valorizou-se pelos afluxos de capitais para os Estados Unidos, o mundo entrou na maior recessão desde a década de 30, e o comércio internacional caiu violentamente”.

Ao analisar a questão da dívida externa, o ex-ministro observou que o Brasil não é o único país em complicações com o balanço de pagamentos, citando alguns países como o Brasil e o Chile, de um lado e o México e a Nigéria, do outro. A seu ver a moratória não deve ser usada como arma para a obtenção de melhores condições dos credores, pois qualquer privilégio concedido ao Brasil teria que se estender a todos os demais devedores. “É preciso não superestimar nosso poder de barganha”, argumentou Simonsen, para acrescentar que a dívida externa brasileira, embora pareça gigantesca, “é apenas 10 por cento do total das dívidas internacionais, e não chega a representar 2 por cento do Produto Interno Bruto anual dos países credores”. A moratória conjunta de todos os devedores, na sua opinião, poderia balançar o sistema financeiro internacional, ao passo que a decretação de uma moratória isolada por parte de um país “pode levá-lo à ruína”.

O ex-ministro ressalva, entretanto, que as negociações com o FMI devem ser encaminhadas no sentido da retomada do crescimento econômico, ao lado da expansão de exportações e substituição de importações. Ele entende que a política econômica deve, ainda, se concentrar no realismo cambial e fortalecimento da poupança interna, dois pontos aos quais o FMI não opõe qualquer objeção. Por outro lado, é fundamental a criação de mecanismos definitivos de renegociação da dívida. É indispensável que o país se torne interessado em propostas como o

aumento dos empréstimos do FMI e do Banco Mundial aos países em desenvolvimento, e a criação de uma agência internacional que absorva os créditos dos bancos contra o Terceiro Mundo e os refinancie com carências.

Segundo o ex-ministro o sistema financeiro internacional “não prima pela lógica”. Por isso, o Brasil sempre pagou maiores “spreads” (comissão de risco que varia de acordo com a situação de cada país) do que outras nações latino-americanas, “exatamente porque sua dívida externa era cuidadosamente administrada”. A esta observação Simonsen foi interpelado pelo deputado Sebastião Nery, relator da CPI, que lhe indagou se sua saída do governo em 79 deveu-se a esta “falta de lógica”. “Sai porque não era do meu interesse continuar no Governo. Depois, eu sentia a necessidade de mudança na economia. E minha saída foi muito festejada”, disse.

Ao ser indagado, ainda pelo relator, sobre como via as acusações, de que sua administração era culpada pelo crescimento da dívida e pela atual situação brasileira, Simonsen afirmou não se chamar “déficit na balança de pagamentos. Por isso acho um exagero alguém dizer que sou culpado pela crise. É evidente que endossei a estratégia do presidente Geisel. Isto sim, mas não posso ser responsabilizado por esta situação”.

Ele acredita que compete a todas as nações em desenvolvimento, ao invés de aceitar que sua política econômica seja submetida ao FMI, “fazerem a sua cabeça”. O depoente mostrou-se otimista quanto à recuperação do país já em 84, mas lembrou que os seis bilhões de dólares a serem liberados pelo FMI resolvem apenas parte dos problemas de 83 e 84, tendo o Brasil de buscar novas negociações no próximo ano.

Numa clara alusão aos críticos de sua estratégia econômica Simonsen lembrou que “se alguém acha que eu estava errado deveria ter parado os projetos quando tomou posse”. Ele garante que se o país tivesse parado em 73 talvez não contasse com uma dívida tão grande como a de hoje, mas é certo que estaria “numa situação de pobreza absoluta”. Ele acentua que, com todas as vicissitudes do momento, o produto real de 83 é 50 por cento maior que o do ano de 73, considerado um ano próspero. A seu ver a atual dívida externa não chega a um terço do produto. Demonstrando sempre muita astúcia em sua argumentação, ele observou que “ainda que tivéssemos que pagar a dívida externa num único ano, estariam melhor hoje do que retrocedendo dez anos. Esse é um cálculo que deve ser lembrado a todos aqueles que alegam que cada brasileiro hoje nasce com 750 dólares de dívida externa”.